



Concurso Público para provimento de cargos de
Perito Médico

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O medo desvia o foco e inibe energias para atingir objetivos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

O equilíbrio entre desafio e frustração é crucial no ensino. O problema é que estudantes têm talentos variados e diferentes. A mesma aula pode ser fácil demais e entediar certos alunos e, ao mesmo tempo, parecer intransponível a outros.

É óbvio que não somos todos iguais, mas costumamos admitir isso. Uma consequência da ideia de que somos todos iguais é que a diferença entre os alunos que terão sucesso na escola e os que não terão não pode ser questão de mais ou menos inteligência, predisposição ou preguiça.

A diferença entre os que conseguem e os que não, para muitos, reside apenas na capacidade de resistir à frustração.

Ou seja, os que conseguem são os que não desistem, e não desistem porque não se deixam derrubar pela frustração. Os que não conseguem têm as mesmas habilidades, mas perdem coragem quando frustrados. Consequência: o que é preciso ensinar às crianças é resistência à frustração, que os estudos e a vida em geral necessariamente lhes prometem.

Não deixa de ser paradoxal: nossa cultura pensa que a chave do sucesso está na capacidade de se frustrar. Sempre tem alguém para se indignar porque seríamos hedonistas e imediatistas. Na verdade, somos uma das culturas menos hedonistas da história do Ocidente: somos apologistas da frustração, que, aliás, tornou-se mérito.

É raro encontrar pais que não estejam convencidos de que não é bom dar a uma criança o que ela quer. É claro que, se faz manhas para obter algo que está fora do orçamento familiar, é preciso dizer não. E talvez seja bom que ela aprenda, assim, que a realidade resiste ao desejo.

Mas nossa pedagogia frustradora não depende do orçamento: uma criança de classe média, nem obesa nem pré-diabética, pede um sorvete (valor insignificante). Em regra, a resposta será negativa: agora é tarde ou cedo demais, é muito doce, e por aí vai... Produzir uma frustração é considerado um ato pedagógico, que ajudará a criança a crescer.

Amadurecer, na nossa cultura, significa aprender a renunciar. Por isso, presume-se que o idoso seja mais sábio que o jovem, porque saberia "naturalmente" que a vida é renúncia.

Mas e se o essencial da vida forem os sorvetes que não tomamos, todos os pequenos (grandes) prazeres aos quais renunciamos em nome de uma propedêutica à suposta grande frustração da vida? Pior: e se estivermos educando as crianças para que queiram desde pequenas renunciar aos prazeres da vida?

Obviamente, não é preciso dar à criança tudo o que pede. Mas também não é preciso lhe negar o que ela pede sob pretexto de que estaríamos treinando-a para alguma preciosa sabedoria.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. Disponível em: folha.uol.com.br, 21/12/2017)

1. Depreende-se do texto que o autor
 - (A) questiona a ideia de que a capacidade de resistir à frustração seja fundamental para a vida, quando talvez os prazeres a que renunciamos tenham um papel mais importante.
 - (B) apoia a noção de que o êxito de determinado aluno advém de sua capacidade de resistir aos reveses trazidos pelo amadurecimento, capacidade esta que deve ser valorizada pelos pais.
 - (C) aponta para o fato de estarmos inseridos em uma cultura cujo principal objetivo é a busca incessante do prazer, o que torna difícil aprender a lidar com a frustração, especialmente na juventude.
 - (D) critica os pais que, desconsiderando o orçamento familiar, atendem a todos os desejos das crianças, impedindo-as de confrontar desejo e realidade e, assim, tornarem-se adultos bem-sucedidos.
 - (E) sugere que o ambiente propício ao aprendizado é aquele em que se respeitam as diferenças inerentes aos alunos, independentemente de uns se sentirem mais desafiados que outros.

2. ... o que é preciso ensinar às crianças é resistência à frustração, que os estudos e a vida em geral necessariamente lhes prometem. (4º parágrafo)

Os elementos sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

 - (A) os estudos e a vida em geral – crianças
 - (B) crianças – os estudos e a vida em geral
 - (C) resistência à frustração – crianças
 - (D) resistência à frustração – os estudos e a vida em geral
 - (E) os estudos e a vida em geral – resistência à frustração

3. ... e se estivermos educando as crianças para que queiram desde pequenas renunciar aos prazeres da vida? (9º parágrafo)

Transformando-se o elemento sublinhado acima em sujeito da frase, a forma verbal resultante será:

 - (A) estivessem educando-se.
 - (B) estejam sendo educadas.
 - (C) educam-se.
 - (D) estar-se-iam educando.
 - (E) estiverem sendo educadas.



4. Expressa ideia de finalidade, no contexto, o que se encontra sublinhado em:
- (A) *E talvez seja bom que ela aprenda, assim, que a realidade resiste ao desejo.*
- (B) *É óbvio que não somos todos iguais, mas costumamos a admitir isso.*
- (C) *... e não desistem porque não se deixam derrubar pela frustração.*
- (D) *... se faz manhas para obter algo que está fora do orçamento...*
- (E) *A diferença entre os que conseguem e os que não, para muitos, reside apenas na capacidade...*
-
5. A diferença entre os que conseguem e os que não, para muitos, reside apenas na capacidade de resistir à frustração. (3º parágrafo)
- Sem que se faça nenhuma outra alteração na frase acima, mantém-se a correção substituindo-se *frustração* por
- (A) expectativas frustradas.
- (B) falta de êxito.
- (C) um desapontamento.
- (D) fracassos.
- (E) uma desilusão.
-
6. Está correta a **redação** do seguinte comentário:
- (A) Visto que, em uma determinada escola, cada um dos estudantes apresentam diferentes talentos, a mesma aula pode ser percebida como fácil para alguns, enquanto a outros, parece intransponível.
- (B) Os pais de hoje creem que, não ceder aos desejos da criança faz parte de uma educação sólida, mesmo quando lhe pedem coisas insignificantes, que caberia no orçamento.
- (C) Como é difícil admitir que não somos todos iguais, oculta-se atualmente as diferenças entre alunos bem-sucedidos e aqueles que não apresentam a mesma predisposição e inteligência destes.
- (D) Embora a ideia de que seríamos hedonistas e imediatistas esteja disseminada e chegue a despertar a indignação de alguns, o fato é que se valoriza, na nossa cultura, a renúncia ao prazer.
- (E) Acredita-se que hajam aqueles que perdem a coragem diante de uma frustração, ainda que possuam as mesmas habilidades dos que não desistem; estes, assim, não recuam diante dos reveses.
-
7. Está escrita com correção a frase que se encontra em:
- (A) Quando convir, os pais podem satisfazer o desejo da criança, mas apenas quando pedem algo compatível com o orçamento familiar.
- (B) Conquanto possa ser exagerado, é grande o valor no qual se atribui à capacidade de resiliência atualmente.
- (C) A razão porque alguns esmorecem diante de frustrações costumam ser de cunho pessoal e independe do meio social.
- (D) Se saber lidar com a frustração é fundamental, por vezes apelam-se para desafios intransponíveis nas aulas.
- (E) A noção de que aprender a abdicar dos desejos contribui para o amadurecimento está disseminada nas sociedades ocidentais.
-

Raciocínio Lógico-Matemático

8. Na sala de entrevistas para uma vaga, encontram-se uma administradora, uma psicóloga, uma assistente social e uma contadora. Os nomes das quatro entrevistadas, ainda que não necessariamente na ordem das profissões, são: Alzira, Bianca, Cláudia e Dinorah. A respeito dessas pessoas, sabe-se que:
- Alzira e a contadora já se conheciam antes da entrevista;
 - Cláudia não é psicóloga;
 - Bianca é parente da assistente social e é amiga de Dinorah;
 - a administradora já trabalhou com Dinorah e com a contadora.
- Levando-se em consideração que cada pessoa tem formação em uma única profissão das que foram mencionadas,
- (A) Bianca é assistente social.
- (B) Alzira é assistente social.
- (C) Dinorah é psicóloga.
- (D) Alzira é administradora.
- (E) Cláudia é administradora.
-



9. Os 12 funcionários de uma repartição pública estão distribuídos em três grupos da seguinte forma:

Grupo A – 3 funcionários;

Grupo B – 5 funcionários;

Grupo C – 4 funcionários.

O setor de atendimento ao público dessa repartição funciona de 2^a a 6^a feira, havendo ao menos um funcionário de plantão em cada dia. Cada um dos 12 funcionários faz plantão de atendimento ao público em apenas um dia da semana. As regras de distribuição dos funcionários nos plantões estão indicadas na tabela abaixo.

2 ^a feira	Ao menos 1 funcionário do grupo A e 3 funcionários do grupo C.
3 ^a feira	No máximo 2 funcionários do grupo B e 1 funcionário do grupo A.
4 ^a feira	De 3 a 4 funcionários do grupo B e não mais do que 2 funcionários do grupo C.
5 ^a feira	Ao menos 1 funcionário de cada um dos três grupos.
6 ^a feira	Apenas funcionário(s) dos grupos B ou C.

O número de funcionários de plantão no atendimento ao público dessa repartição de 2^a a 6^a feira será, respectivamente, igual a

- (A) 5, 1, 2, 2, 2.
- (B) 4, 2, 3, 2, 1.
- (C) 3, 2, 3, 3, 1.
- (D) 4, 1, 3, 3, 1.
- (E) 4, 1, 4, 2, 1.

10. Um posto de saúde dispõe de um lote de 1 980 doses de uma vacina da gripe. Esse posto vacina exatamente 60 pessoas por dia com uma dose dessa vacina, sendo que pelo menos 40 delas são do grupo de risco, constituído por crianças e idosos. Ao término desse lote, o posto registrou a vacinação de 60 pessoas que não eram do grupo de risco. Em tais condições, necessariamente, em algum dia de uso do lote, foram vacinadas, do grupo de risco,

- (A) exatamente 48 pessoas.
- (B) pelo menos 59 pessoas.
- (C) exatamente 60 pessoas.
- (D) mais do que 60 pessoas.
- (E) menos do que 58 pessoas.

Noções de Informática

11. O usuário de um computador com sistema operacional Windows 10, em português, criou, em adição ao original, mais um Ambiente de Trabalho (*Desktop*) virtual para organizar as janelas de aplicativos em uso. Estando no ambiente original (primeiro), uma forma de alternar (chavear) para o segundo ambiente é pressionar as teclas: Windows + Tab, simultaneamente, e escolher o segundo ambiente utilizando o *mouse*. Outra forma de realizar a mesma ação é pressionar simultaneamente as teclas:

- (A) Windows + Tab + Alt.
- (B) Windows + Ctrl + Seta direita.
- (C) Windows + Alt + Seta abaixo.
- (D) Windows + Alt + Espaço.
- (E) Windows + Ctrl + Tab.

12. Ao utilizar um navegador *web* típico para visitar os *sites* na internet, o usuário notou a existência do ícone com um cadeado fechado na barra de endereços do navegador. A presença desse ícone indica que

- (A) a comunicação entre o navegador e o *site* é criptografada.
- (B) a página visitada é autêntica, ou seja, não é falsificada.
- (C) é requerida uma senha para acessar os serviços do *site*.
- (D) não há código malicioso inserido na página visitada.
- (E) o *site* visitado está livre de vírus.

**Noções de Direito Constitucional**

13. Certo Estado da Federação pretende fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime próprio de previdência social, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social. Ao mesmo tempo, intenciona instituir regime de previdência complementar aos seus servidores públicos titulares de cargos efetivos, mediante contribuição facultativa. Para que essa pretensão seja exercida regularmente,
- (A) deverá ser editada lei federal disciplinando a matéria, uma vez que a previdência social se insere no âmbito das competências legislativas privativas da União.
 - (B) deverá ser alterada a Constituição Federal, que veda a instituição de mais de um regime de previdência social em benefício dos servidores públicos.
 - (C) o regime de previdência complementar deverá ser instituído por lei estadual, de iniciativa do Governador, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.
 - (D) deverá ser alterada a Constituição Federal, que veda a fixação do limite pretendido para os benefícios pagos pelo regime próprio de previdência social.
 - (E) o regime de previdência complementar deverá ser instituído por lei estadual, de iniciativa do Governador, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, desde que a contribuição ao regime complementar substitua a contribuição ao regime próprio de previdência social.
-
14. Ao apreciar as contas anuais do Governador, o Tribunal de Contas de certo Estado constatou:
- I. a contratação de médicos para prestar atendimento à população por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público estabelecida em lei.
 - II. o preenchimento de cargos públicos em comissão, de livre provimento e exoneração, para execução de tarefas burocráticas e rotineiras que não caracterizam atribuições de chefia, direção ou assessoramento.
 - III. a cumulação remunerada de cargo público de engenheiro estadual com cargo público de engenheiro municipal.
- Todavia, considerando as normas da Constituição Federal, mostra-se compatível com a Constituição Federal o ato referido em
- (A) I, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) II e III, apenas.

Noções de Direito Administrativo

15. Em uma escola pública municipal de ensino fundamental, uma professora e três alunos se feriram em razão de uma descarga elétrica ocorrida em um aparelho, decorrente de um curto-circuito. O acidente
- (A) enseja a responsabilidade do ente público municipal sob a modalidade subjetiva exclusivamente em relação aos alunos, não se estendendo à professora em razão do vínculo funcional.
 - (B) demanda a responsabilização do Município sob a modalidade do risco integral, não admitindo qualquer excludente ou atenuante de responsabilidade, salvo na hipótese de culpa da vítima.
 - (C) demandará apuração de responsabilidade para verificar se houve conduta reprovável por parte do agente público no local, qual seja, a professora, somente após o quê será analisada a responsabilidade do município.
 - (D) diante da responsabilidade objetiva do Estado e dos agentes públicos, deverá ser previamente apurada a conduta da professora e de outros agentes, para que possam responder sob a modalidade subjetiva em caráter primário.
 - (E) enseja responsabilidade objetiva do Município, em razão de se tratar de danos causados nas dependências de seu estabelecimento, não havendo que se demonstrar culpa dos agentes públicos.
-
16. Foi instaurado processo administrativo para apuração de ato de improbidade cometido no curso de um procedimento de licitação. Durante a tramitação do processo, foi identificado que a planilha de custos que ensejou a fixação do preço mínimo era inverídica, ou seja, suas informações não eram corretas e não guardavam pertinência com o mercado. Noticiado esse fato nos autos do processo administrativo onde foi aberta a licitação, a autoridade responsável
- (A) pode revogar a licitação, tomando prejudicado o processo de improbidade.
 - (B) deve revogar a licitação, por se tratar de vício insanável, restando arquivado o processo de improbidade, pois a caracterização de improbidade demanda prova do prejuízo.
 - (C) pode anular a licitação, desde que o certame ainda esteja em curso, findo o qual a contratação constitui direito subjetivo do vencedor, restando a possibilidade de indenização por ato de improbidade.
 - (D) deve anular a licitação, ensejando também a anulação do contrato dela decorrente, se já assinado, sem prejuízo do trâmite do processo cujo objeto seja a apuração e responsabilização por ato de improbidade.
 - (E) deve anular o processo administrativo de improbidade, a licitação ocorrida, bem como instaurar novas apurações, de acordo com as condutas residuais que não tenham sido exauridas com o fim da licitação.

**Legislação Previdenciária**

17. Considere as seguintes situações hipotéticas, de acordo com a Lei Complementar nº 073/2004:

- I. Florence está grávida de gêmeos e é servidora pública do Estado do Maranhão.
- II. Heitor também é servidor público deste Estado, convivendo em união estável com Sabrina, que dará à luz uma menina em junho do corrente ano.

O direito ao auxílio-natalidade é possuído

- (A) tanto por Florence quanto por Heitor, desde que implementado o período de carência ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, sendo certo que Florence receberá dois auxílios-natalidade.
- (B) tanto por Florence quanto por Heitor, desde que implementado o período de carência ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, sendo certo que Florence receberá um único auxílio-natalidade, tendo em vista um único parto.
- (C) tanto por Florence quanto por Heitor, não havendo necessidade, no caso, de implementar o período de carência ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais.
- (D) por Florence, em sua integralidade; já Heitor receberá somente 50%.
- (E) somente por Florence, uma vez que a lei não autoriza o servidor a receber tal benefício em razão da gravidez de companheira.

18. Julio é servidor público civil do Estado do Maranhão e sua remuneração é composta, além de seus vencimentos, de uma gratificação pelo exercício de cargo em comissão, adicional de insalubridade e adicional noturno. Assim, constituem salário-contribuição, de acordo com a Lei Complementar nº 073/2004:

- (A) apenas os vencimentos e os adicionais de insalubridade e noturno.
- (B) todas as verbas que compõem a remuneração.
- (C) apenas os vencimentos e a gratificação pelo exercício de cargo em comissão.
- (D) apenas os vencimentos e o adicional de insalubridade.
- (E) apenas os vencimentos recebidos.

19. Tendo em vista que os princípios são a base do sistema jurídico e revelam a finalidade a ser perseguida pelos aplicadores da lei, considere:

- I. São aplicáveis ao sistema da seguridade social os princípios da igualdade, da legalidade e da solidariedade social, todos eles subordinados ao princípio da dignidade da pessoa humana.
- II. A universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a equidade na forma de participação no custeio, entre outros, são considerados princípios constitucionais próprios da seguridade social.
- III. Caráter democrático e descentralização da Administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados, também é considerado um princípio constitucional da seguridade social.

Está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

20. Mateus é brasileiro e trabalha no exterior em empresa regida por leis brasileiras; Tatiana é associada de cooperativa que explora a atividade de oficina de costura; já Silvério presta serviços como amarrador de embarcação no porto. São considerados segurados obrigatórios da Previdência Social:

- (A) todos, Mateus e Tatiana na condição de contribuintes individuais e Silvério como trabalhador avulso.
- (B) todos, na condição de empregado, contribuinte individual e trabalhador avulso, respectivamente.
- (C) apenas Mateus e Silvério, como empregado e trabalhador eventual, respectivamente.
- (D) apenas Tatiana e Silvério, como contribuinte individual e trabalhador avulso, respectivamente.
- (E) apenas Silvério, como autônomo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Medicina Geral**

21. Na avaliação clínica e laboratorial de uma paciente, com 25 anos de idade, chamam atenção a presença de aumento difuso da tireoide com frêmito palpável e presença de anticorpo anti-receptor de tireotrofina. Neste caso, é mais provável o encontro de:

	TSH	Hemoglobina glicada	Achado clínico
A	Diminuído	aumentada	fibrilação atrial
B	Diminuído	aumentada	obstipação
C	Aumentado	diminuída	fibrilação atrial
D	Aumentado	diminuída	obstipação
E	Diminuído	diminuído	fibrilação atrial

22. Paciente diabético de 44 anos apresentava mau controle glicêmico quando utilizava como terapêutica apenas insulina lenta uma vez ao dia. O controle melhorou muito ao introduzir-se outra insulina, quatro vezes ao dia, antes das refeições. A nova insulina é provavelmente

- (A) Detemir.
- (B) Glargina.
- (C) Lispro.
- (D) NPH.
- (E) Degludeca.

23. Vários pacientes com nefropatia foram avaliados. Dentre eles, o que tem maior probabilidade de apresentar trombose de veia renal e trombose venosa profunda de membros inferiores é o que possui

- (A) fração de excreção de sódio < 1%.
- (B) clearance de creatinina de 10 mL/min.
- (C) hematúria com dismorfismo eritrocitário.
- (D) eosinofílica intensa.
- (E) proteinúria de 4,5 gramas/dia.

24. Considere os seguintes dados clínicos e laboratoriais.

- I. Sódio urinário elevado.
- II. Aumento da osmolaridade plasmática.
- III. Sinais clínicos de hipovolemia.
- IV. Melhora da disnatremia com restrição hídrica.

São próprios da Síndrome da Secreção Inapropriada do Hormônio Antidiurético – SSIHAD o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

25. Considere os 4 casos clínicos abaixo.

CASO I: homem de 18 anos com polidipsia, poliúria e cetonúria.

CASO II: homem de 25 anos com tentativa de suicídio por barbitúricos.

CASO III: mulher de 30 anos com parestesia e câimbras associadas a síndrome do pânico.

CASO IV: mulher de 27 anos, gestante, com vômitos incoercíveis.

O encontro de pCO₂ oscilando entre 23 e 26 mmHg será mais provável APENAS nos casos que constam em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.



26. Um homem de 30 anos, previamente hígido, é admitido no pronto atendimento com queixa de febre e calafrios de início há 6 horas, seguidos de tosse seca. Está hemodinamicamente estável, com $T = 38^{\circ}\text{C}$, eupneico, saturando 94% em ar ambiente. A radiografia de tórax mostra:



Dentre as diferentes opções de conduta, a mais adequada é

- (A) solicitar teste rápido para Influenza para definir o tratamento.
- (B) tratamento domiciliar com vibramicina oral e retornar em 24 horas.
- (C) internar e iniciar ceftriaxona EV, apenas.
- (D) internar e iniciar ceftriaxona EV e claritromicina oral.
- (E) manter em observação hospitalar por um período mínimo de 24 h e iniciar tratamento empírico com ceftriaxona EV e, até resultado de teste rápido para Influenza, oseltamivir oral.
-
27. Muitas doenças infecciosas estão presentes em grandes áreas do território brasileiro de forma endêmica, EXCETO a
- (A) tuberculose.
- (B) cólera.
- (C) poliomielite.
- (D) hanseníase.
- (E) tracoma.
-
28. O quadro abaixo representa a frequência de uma doença hipotética em um determinado espaço, no período de 30 dias. Dos 10 casos representados, o primeiro já se encontrava doente quando a observação da doença foi iniciada, 7 tornaram-se doentes e 2 (barras contínuas) não apresentaram a doença.

Caso	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 ♀	█									
2 ♀			█	█						
3 ♀								█		
4 ♀					█					
5 ♀	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
6 ♀	█									
7 ♀		█	█							
8 ♀					█					
9 ♀									█	█
10 ♀	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Os dados apresentados permitem inferir que a

- (A) prevalência da doença é de 80% e a incidência é de 70%.
- (B) prevalência da doença é maior entre os homens.
- (C) incidência da doença é maior entre as mulheres.
- (D) prevalência da doença é de 40% e a incidência é de 80%.
- (E) prevalência e a incidência da doença são iguais.



29. Um homem de 56 anos apresenta dispneia aos esforços e edema leve de membros inferiores, de instalação progressiva há cerca de 3 meses. Sabe-se que apresentou infarto do miocárdio há 1 ano e atualmente está sem qualquer medicação. Apresenta pulso de 90 bat/min, rítmico, PA = 126 × 78 mmHg e edema pré-tibial leve; o restante do exame físico é normal. O ecocardiograma mostra discinesia em parede inferior de ventrículo esquerdo e fração de ejeção de 40%. Dentre as diferentes medicações utilizadas no tratamento desse tipo de paciente, são contraindicados, ou de recomendação duvidosa, os
- (A) antagonistas da aldosterona.
 - (B) inibidores da enzima de conversão da angiotensina.
 - (C) diuréticos de alça.
 - (D) bloqueadores de canal de cálcio.
 - (E) betabloqueadores.
-
30. O tratamento inicial preferencial de um paciente de 24 anos, com diagnóstico de asma persistente leve, sem fatores desencadeantes conhecidos, deve ser realizado quando necessário com broncodilatador inalatório de ação rápida
- (A) e corticoesteróide inalatório de dose intermediária associado a broncodilatador inalatório de ação prolongada, diário.
 - (B) apenas.
 - (C) e broncodilatador inalatório de ação prolongada, diário.
 - (D) e teofilina inalatória, diária.
 - (E) e corticoesteróide inalatório em dose baixa, diário.
-
31. Um homem de 24 anos procura o pronto-socorro com queixa de aparecimento de secreção purulenta no pênis há 1 dia. Não há outras alterações no exame físico. O bacterioscópico direto da secreção uretral identificou a presença de diplococos Gram-negativos. A melhor opção de tratamento é
- (A) ceftriaxona 500 mg IM dose única e azitromicina 1 g VO dose única.
 - (B) penicilina G benzatina 2400000 U IM dose única e azitromicina 1 g VO dose única.
 - (C) ceftriaxona 250 mg IM dose única.
 - (D) ampicilina 1 g VO dose única.
 - (E) penicilina G benzatina 1200000 U IM dose única e ciprofloxacino 500 mg VO de 12/12 h por 3 dias.

Medicina do Trabalho

32. É previsto pela Previdência Social cobertura dos eventos de doença, como, por exemplo, indivíduo que tenha fratura de antebraço direito e necessite de imobilização por, aproximadamente, 45 dias. Desta maneira, a Previdência Social é organizada sob a forma de regime geral, de caráter
- (A) não contributivo e filiação arbitrária.
 - (B) contributivo e filiação obrigatória.
 - (C) contributivo e filiação facultativa.
 - (D) não contributivo e filiação obrigatória.
 - (E) não contributivo e filiação facultativa.
-
33. Para exercer a atividade de engenheiro civil, que faz acompanhamento de obras e está exposto ao ruído nestes locais, além do exame clínico, foi definida a realização do exame audiométrico no exame admissional, periódico e demissional. Nessa situação, o exame audiométrico deve ser realizado
- (A) sem ônus para o trabalhador, apenas no exame periódico.
 - (B) custeado pelo trabalhador no exame admissional.
 - (C) custeado pelo trabalhador no exame demissional por justa causa.
 - (D) sem ônus para o trabalhador em todos os exames ocupacionais citados.
 - (E) custeado 50% do valor pelo trabalhador em todos os exames ocupacionais citados.
-
34. A Convenção nº 139 da Organização Internacional do Trabalho – OIT – Prevenção e controle de riscos profissionais causados por substâncias ou agentes cancerígenos, determina que se houver trabalhador aplicando agrotóxico que seja considerado cancerígeno, deve-se
- (A) recomendar uso de máscara PFF1 – Peça Facial Filtrante para proteção do trabalhador.
 - (B) emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT pela existência da exposição ao agente cancerígeno.
 - (C) substituí-lo por substâncias ou agentes não cancerígenos ou por substâncias menos nocivas.
 - (D) manter a atividade com a substância e monitorar a saúde dos trabalhadores de acordo com os possíveis danos à saúde.
 - (E) manter a informação disponível sobre os perigos que representam tais substâncias apenas para o empregador.
-
35. Na Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos (LINACH), encontra-se a exposição a radiações ionizantes. Nesta exposição à radiação ionizante, o câncer é considerado um efeito
- (A) determinístico, para lesão acontecer não há dose limiar definida.
 - (B) determinístico, para lesão acontecer a dose limiar é de 3-5 GY.
 - (C) estocástico, para lesão acontecer a dose limiar é de 5-6 GY.
 - (D) somatoforme, para lesão acontecer a dose limiar é de 3-5 GY.
 - (E) estocástico, para lesão acontecer não há dose limiar definida.



36. Com base na Convenção nº 81 da OIT, os inspetores de trabalho munidos de credenciais serão autorizados a
- (A) deixar de levar ao conhecimento da autoridade competente as deficiências ou os abusos que não estão especificamente compreendidos nas disposições legais existentes.
 - (B) revelar os segredos de fabricação ou de comércio ou os processos de exploração de que possam ter conhecimento no exercício de suas funções nos casos de autuação por infração.
 - (C) divulgar a fonte de queixas que lhes tragam ao conhecimento um defeito de instalação ou uma infração às disposições legais.
 - (D) revelar ao empregador ou a seu representante que sua visita de inspeção resultou de alguma queixa trabalhista.
 - (E) penetrar livremente e sem aviso prévio, a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer estabelecimento submetido à inspeção.
-
37. Conforme a Norma Regulamentadora 07 do Ministério do Trabalho, que discute o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), no que tange às diretrizes e parâmetros mínimos para avaliação e acompanhamento da audição em trabalhadores expostos a níveis de pressão sonora elevados,
- (A) o exame audiométrico será realizado, no mínimo, no momento da admissão, no 6º mês após a mesma, anualmente a partir de então e na demissão.
 - (B) o exame audiométrico será executado por médico, ou fonoaudiólogo, ou enfermeiro, conforme resoluções dos respectivos conselhos federais profissionais.
 - (C) poderá ser aceito o resultado de um exame audiométrico realizado até 135 dias retroativos em relação à data do exame médico demissional de trabalhador de empresa classificada em grau de risco 3 ou 4.
 - (D) o trabalhador permanecerá em repouso auditivo por um período máximo de 12 horas até o momento de realização do exame audiométrico.
 - (E) o exame audiométrico será feito pela via aérea nas frequências de 1.000, 2.000, 3.000, 4.000, 5.000, 6.000 e 8.000 Hz.
-
38. Conforme a legislação previdenciária brasileira, terá direito ao benefício auxílio-doença acidentário os casos em que for diagnosticada entre trabalhadores uma doença
- (A) inerente a grupo etário.
 - (B) degenerativa.
 - (C) proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade.
 - (D) que não produza incapacidade laborativa.
 - (E) endêmica, adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, sem exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
-
39. Em um auxiliar de enfermagem, que há mais de dez anos trabalha no atendimento ao público em unidade de saúde, e vem apresentando exaustão emocional, insensibilidade às queixas dos pacientes e baixa realização profissional, a suspeita inicial é de
- (A) Transtorno de somatização (F45.0).
 - (B) Transtorno afetivo bipolar (F31.0).
 - (C) Estado de "stress" pós-traumático (F43.1).
 - (D) Síndrome de Burnout (Z73.0).
 - (E) Neurastenia (F48.0).
-
40. São agentes químicos classificados pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC) como reconhecimento cancerígeno para humanos (Grupo 1) com base em evidências de estudos epidemiológicos:
- (A) benzeno, chumbo, tricloroetileno.
 - (B) sílica cristalina, formaldeído, cádmio.
 - (C) amianto, xileno, benzeno.
 - (D) sílica cristalina, xileno, etil-benzeno.
 - (E) cádmio, chumbo, etil-benzeno.
-
41. Os dois principais motivos de pagamento de benefício previdenciário por incapacidade laborativa, por prazo superior a quinze dias, entre os trabalhadores filiados ao Regime Geral da Previdência Social no Brasil durante o ano de 2016, foram
- (A) causas externas de morbidade e de mortalidade/transtornos mentais e comportamentais.
 - (B) causas externas de morbidade e de mortalidade/doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.
 - (C) doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo/doenças do aparelho circulatório.
 - (D) transtornos mentais e comportamentais/doenças do aparelho circulatório.
 - (E) doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo/transtornos mentais e comportamentais.



42. Para se caracterizar o distúrbio osteomuscular nos membros superiores de um digitador, como uma doença relacionada ao trabalho, é necessário que tenha havido exposição ocupacional
- (A) a fatores psicossociais desfavoráveis no trabalho.
 - (B) à variabilidade de tarefas.
 - (C) a longos ciclos de trabalho.
 - (D) a pausas frequentes.
 - (E) a pouca exigência cognitiva.

Legislação do Trabalho

43. De acordo com a Norma Regulamentadora – NR 7, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO
- (A) não poderá ter os parâmetros mínimos e diretrizes gerais a serem observados na sua execução ampliados mediante negociação coletiva de trabalho.
 - (B) deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos admissional; periódico; de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional.
 - (C) deverá considerar exclusivamente as questões incidentes sobre o indivíduo e não a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico epidemiológico na abordagem da relação entre a saúde e o trabalho.
 - (D) deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, exceto de natureza subclínica.
 - (E) deverá ser elaborado até dia 30 de Janeiro de cada ano, sob pena de responsabilidade administrativa dos responsáveis legais pela sua elaboração.
-
44. De acordo com a Norma Regulamentadora – NR 5, no tocante à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA,
- (A) terá suas reuniões ordinárias realizadas após o expediente normal da empresa e em local apropriado.
 - (B) terá, obrigatoriamente, reuniões ordinárias trimestrais, de acordo com o calendário preestabelecido.
 - (C) é composta por membros titulares e suplentes, sendo que o membro titular perderá o mandato, sendo substituído por suplente, quando faltar a mais de quatro reuniões ordinárias sem justificativa.
 - (D) a vacância definitiva de cargo, ocorrida durante o mandato de seu membro, será suprida por suplente, obedecida a ordem de colocação crescente registrada na ata de eleição, devendo o empregador comunicar em trinta dias à unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego.
 - (E) no caso de afastamento definitivo do presidente, o empregador indicará o substituto, em cinco dias úteis, obrigatoriamente entre os membros da CIPA.

-
45. No tocante ao PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, considere:
- I. As ações do PPRA devem ser desenvolvidas no âmbito de cada estabelecimento da empresa, sob a responsabilidade do empregador, sem a participação dos trabalhadores, sendo sua abrangência e profundidade dependentes das características dos riscos e das necessidades de controle.
 - II. Consideram-se agentes físicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão.
 - III. O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais deverá conter, no mínimo, a seguinte estrutura: planejamento anual com estabelecimento de metas, prioridades e cronograma; estratégia e metodologia de ação; forma do registro, manutenção e divulgação dos dados; periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PPRA.
 - IV. Deverá ser efetuada, sempre que necessário e pelo menos uma vez ao ano, uma análise global do PPRA para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas e prioridades.

De acordo com a Norma Regulamentadora – NR9, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.



46. Gabriela, empregada da empresa X, marcou consulta médica com o Dr. Joaquim, médico do trabalho contratado pela referida empregadora. Na referida consulta, Gabriela mencionou estar com muita fadiga em razão de possuir apenas 15 minutos de intervalo intrajornada. Neste caso, do ponto de vista legal, consubstanciado na Consolidação das Leis do Trabalho, considerando que Gabriela trabalha cinco horas diárias, a empresa X
- (A) não respeita as normas relativas aos períodos de descanso, uma vez que é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada, no mínimo, de 1 hora e, salvo acordo escrito ou convenção coletiva em contrário, de, no máximo, 2 horas, quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas diárias.
 - (B) não respeita as normas relativas aos períodos de descanso, uma vez que é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada de 30 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas, mas não exceder 6 horas diárias.
 - (C) respeita as normas relativas aos períodos de descanso, uma vez que não é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada quando a duração do trabalho não ultrapassar 5 horas diárias.
 - (D) respeita as normas relativas aos períodos de descanso, uma vez que é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada de 15 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas, mas não exceder 6 horas diárias.
 - (E) não respeita as normas relativas aos períodos de descanso, uma vez que é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada de, no mínimo, 1 hora e, salvo acordo escrito ou convenção coletiva em contrário, de, no máximo, 90 minutos, quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas diárias.
-
47. Coralina é empregada da empresa Z e trabalha em condições de periculosidade. Considerando-se que ela recebe salário mensal de R\$ 3.000,00, bem como gratificação semestral pelo tempo de contratação equivalente a R\$ 500,00, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o adicional relativo ao trabalho perigoso que Coralina recebe mensalmente é, em R\$, de
- (A) 300,00.
 - (B) 1.050,00.
 - (C) 450,00.
 - (D) 525,00.
 - (E) 900,00.

Legislação Previdenciária

48. De acordo com a legislação vigente, as normas previdenciárias que versarem sobre custeio do sistema, criando ou modificando contribuições sociais, somente poderão ser exigidas
- (A) na data da sua publicação.
 - (B) após 60 dias de sua publicação.
 - (C) após 90 dias de sua publicação.
 - (D) após 30 dias de sua publicação.
 - (E) no dia seguinte de sua publicação.
-
49. Levi foi empregado da empresa Tudo Azul Ltda. por nove meses, exercendo a função de Encarregado Geral. Sofreu um ataque cardíaco fulminante, no desempenho de suas funções, vindo a falecer. Sua esposa, devidamente inscrita como dependente perante o INSS, pretende solicitar o benefício da pensão por morte. Neste caso, ela
- (A) não terá direito, pois somente o auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente independem de carência para sua concessão.
 - (B) não terá direito, uma vez que tal benefício depende de, no mínimo, doze meses de contribuições para seu recebimento.
 - (C) terá direito, uma vez que tal benefício depende de, no mínimo, seis meses de contribuições para sua concessão.
 - (D) terá direito, uma vez que tal benefício independe de carência para sua concessão.
 - (E) não terá direito, pois somente acidentes do trabalho que causam morte permitem aos dependentes receber tal benefício.
-
50. Considerando o disposto pela Lei nº 8.212/1991 no tocante às sanções impostas às empresas que transgredirem tal lei, considere:
- I. suspensão de empréstimos e financiamentos a partir de R\$ 100.000,00, por instituições financeiras oficiais.
 - II. revisão de incentivos fiscais de tratamento tributário especial.
 - III. interdição para o exercício do comércio, se for sociedade mercantil ou comerciante individual.
- As empresas transgressoras, além das outras sanções previstas, sujeitam-se ao que consta nos itens
- (A) III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I, apenas.
 - (E) II e III, apenas.